

**Estado do Rio Grande do Sul**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**  
**GABINETE DO PREFEITO**

**MENSAGEM/523**

Rio Grande, 1º de agosto de 2022.

**Senhor Presidente:**

Honra-nos cumprimentá-lo, oportunidade em que encaminhamos a essa Colenda Casa Legislativa o incluso **SUBSTITUTIVO** ao Projeto de Lei nº 061 que **INSTITUI DIRETRIZES DE DESBUROCRATIZAÇÃO NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL E CRIA CONSELHO MUNICIPAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO E EMPREENDEDORISMO NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO.**

O Município do Rio Grande emprega esforços de desburocratização, primando pela eficiência da administração pública e incentivando o empreendedorismo, através de mecanismos de articulação que diminuiu o tempo de abertura de empresas no Município. A cidade este ano foi premiada na categoria Desburocratização, sendo a única da Zona Sul do RS a receber uma premiação. A Lei de Liberdade Econômica, que reduziu procedimentos e prazos para abertura de novas empresas

A intenção da administração é ampliar os benefícios da desburocratização através do envolvimento das Secretarias de Município e demais entidades, como também estimular o envolvimento da comunidade na construção do processo.

Essas são, Senhores Vereadores e Senhoras Vereadoras, as razões que nos levam a submeter o presente Projeto de Lei à apreciação desta nobre Casa Legislativa, rogando a apreciação e aprovação do mesmo, valendo-nos do ensejo para externar nossos protestos de consideração e respeito..

Sendo o que tínhamos para o momento, firmamo-nos,

Respeitosamente,

**FÁBIO DE OLIVEIRA BRANCO**  
**Prefeito Municipal**

**À Sua Excelência**  
**Ver. PAULO ROBERTO MARIN ROLDÃO**  
**Presidente da Câmara Municipal**  
**NESTA CIDADE**

*Doe órgãos, doe sangue: Salve vidas!*

**SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 061, DE 31 DE MAIO DE 2022**

**INSTITUI DIRETRIZES DE  
DESBUROCRATIZAÇÃO NO  
ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO  
MUNICIPAL E CRIA CONSELHO  
MUNICIPAL DE  
DESBUROCRATIZAÇÃO E  
EMPREENDEDORISMO NO  
ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO  
PÚBLICA DO MUNICÍPIO.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DO RIO GRANDE**, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica em seu Artigo 51, Inciso III.

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei

**Art. 1º** Ficam instituídas as seguintes diretrizes para a desburocratização no âmbito do Poder Executivo Municipal, voltada à simplificação e ao atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos:

**I** - defesa, proteção, eliminação de barreiras burocráticas e adequada prestação de serviços públicos;

**II** - promoção da governança, aumentando a capacidade de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas;

**III** - promoção da eficiência, através de um melhor aproveitamento dos recursos;

**IV** - garantia de transparência administrativa, por meio de uma gestão democrática, participativa e ética;

**V** - busca da eficácia e da efetividade da ação governamental, promovendo a simplificação de trâmites burocráticos;

**VI** - redução das exigências burocráticas desnecessárias, redundantes e ineficientes; e

**VII** - priorização do uso de ferramentas eletrônicas e da internet para otimizar e simplificar os processos administrativos.

**Art. 2º** Fica criado o Conselho Municipal de Desburocratização e Empreendedorismo, vinculado ao Gabinete do Prefeito, como instrumento de proteção e participação dos usuários de serviços públicos.

**Art. 3º** Compete ao Conselho Municipal de Desburocratização e Empreendedorismo do Rio Grande:

**I** - monitorar e avaliar o cumprimento das diretrizes estabelecidas no art. 1º desta Lei;

**Estado do Rio Grande do Sul**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**  
**GABINETE DO PREFEITO**

**II** - promover a transversalidade entre Poderes e órgãos;

**III** - desenvolver estudos e propostas relacionadas ao tema;

**IV** - mobilizar órgãos e entidades da Administração para melhoria da gestão pública;

**V** - registrar e apurar reclamações e sugestões da sociedade civil organizada com vista a aprimorar o funcionamento da Administração Pública;

**VI** - estabelecer metas e indicadores a serem executados pelos órgãos ou entidades públicas;

**VII** - fomentar programas e ações de pesquisa, formação, capacitação e aperfeiçoamento dos gestores públicos;

**VIII** - zelar pela eficiência na prestação de serviços públicos e pela proteção do ambiente empreendedor;

**IX** - propor alterações nas Cartas de Serviços ao Usuário de cada órgão da administração pública municipal para aprimorar a clareza, a precisão e a qualidade das informações que veiculam;

**X** - definir a criação de grupos de trabalho para tratar de matérias específicas; e

**XI** - aprovar o seu regimento interno.

**Art. 4º** O Conselho Municipal de Desburocratização e Empreendedorismo será composto por:

**I**- um representante da Procuradoria Geral do Município;

**II** - um representante da Secretaria de Município de Desenvolvimento, Inovação e Turismo;

**III** - um representante da Secretaria de Município de Gestão Administrativa;

**IV** - um representante da Secretaria de Município da Fazenda;

**V** - um representante do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas no Rio Grande do Sul - SEBRAE/RS;

**VI** – um representante da Ordem dos Advogados do Brasil;

**VII** – um representante da Universidade Federal do Rio Grande -FURG;

**VIII** – um representante da Câmara do Comércio do Rio Grande;

**IX** – um representante da Câmara de Dirigentes Lojistas do Rio Grande – CDL;

**Estado do Rio Grande do Sul**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**  
**GABINETE DO PREFEITO**

**X-** um representante do Conselho Regional de Contabilistas com jurisdição na cidade do Rio Grande.

§ 1º As deliberações serão realizadas por maioria de votos, sendo que a presidência, caso necessário, terá voto de qualidade.

§ 2º A participação no Conselho Municipal será pelo prazo de 2 (dois) anos, prorrogável, uma única vez, por igual período.

§ 3º A presidência caberá ao titular da Procuradoria Geral do Município do Rio Grande.

§ 4º A participação no Conselho Municipal de Desburocratização e Empreendedorismo será considerada prestação de serviço público relevante e não será remunerada.

**Art. 5º** O Conselho Municipal de Desburocratização e Empreendedorismo terá sua estrutura e funcionamento regulado por Regimento Interno, a ser elaborado e aprovado por seus membros.

**Art. 6º** Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho por meio de Regimento Interno.

**Art. 7º** O Poder Executivo regulamentará, no que couber, as disposições desta Lei.

**Art. 8º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Grande, 1º de agosto de 2022.

**FÁBIO DE OLIVEIRA BRANCO**  
Prefeito Municipal

**Cc/Todas as Secretarias/PGM/CSCI/CMRG/Publicação**